

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA A PARTIR DO LETRAMENTO
NEOCOLONIAL CRÍTICO: PENSANDO O MUNDO
CONTEMPORÂNEO E A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

LANGUAGE EDUCATION STEMMING FROM CRITICAL
NEOCOLONIAL LITERACY: THINKING ABOUT THE
CONTEMPORARY WORLD AND US HEGEMONY

Raphael Barreto Vaz¹
 0000-0002-4849-4068

Enviado em: 16/08/2024

Aceito em: 22/11/2024

RESUMO: Os conceitos de eurocentrismo e colonialidade são vastamente disseminados nos estudos decoloniais e nos estudos dos letramentos. Apesar da validade de tais conceitos críticos, eles podem se mostrar insuficientes para o entendimento do mundo contemporâneo. A fim de pensar uma educação linguística crítica para nossos dias, o conceito de *letramento neocolonial crítico* pode ser uma ferramenta para construir entendimentos atualizados a partir de um viés anti-hegemônico que busque pensar o papel do imperialismo estadunidense e como a língua inglesa se manifesta como um de seus alicerces de domínio e exploração.

PALAVRAS-CHAVE: educação linguística; letramentos; decolonialidade; neocolonialismo.

ABSTRACT: The concepts of Eurocentrism and coloniality are widely disseminated in decolonial studies and literacy studies. Despite the validity of such critical concepts, they may prove insufficient for understanding the contemporary world. In order to think about critical language education for our days, the concept of *critical neocolonial literacy* can be a tool to build updated understandings from an anti-hegemonic bias

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professor de inglês desde 2002. raphavazz@gmail.com.

that seeks to think about the role of US imperialism and how the English language manifests itself as one of its foundations of dominance and exploitation.

KEY WORDS: language education; literacies; decoloniality; neocolonialism.

Introdução

Os estudos decoloniais (Menezes de Souza; Duboc, 2021; Albuquerque; Haus, 2020; Grosfoguel, 2018; Mignolo, 2003; Mignolo; Walsh, 2018; Quijano, 2000; Sousa Santos, 2019) e os estudos dos letramentos (Cope; Kalantzis, 2016, Jordão *et al.*, 2018; Luke, 2018; Menezes de Souza, 2011; Monte Mór, 2015; Takaki; Monte Mór, 2017; Mattos Brahim; Hibarino, 2020) ganharam crescente atenção na academia brasileira nos últimos anos. Basta fazer uma pequena busca informal no *Youtube* por *Lives* sobre esses assuntos para encontrar inúmeros exemplos de debates e apresentações realizados recentemente.

Devido à relevância de discussões e pesquisas sobre tais áreas, parece plausível uma aproximação dos dois campos de forma que essas importantes linhas de pensamento, na sua grande diversidade de conhecimentos e objetivos, possam ajudar a construir entendimentos sobre prementes necessidades do contexto brasileiro atual², de desesperança e dificuldades extremas, que, desgraçadamente, soma desgoverno, pandemia e o paradigma civilizatório neoliberal. Para tal efeito, neste artigo, abordarei o conceito de Letramento Neocolonial Crítico (LNC) para propor uma forma de desobediência epistêmica (Mignolo, 2003), cujos interesses emanam do Sul-Global em resposta ao imperialismo neocolonial encabeçado pelos Estados Unidos, a mais determinante força na propagação do projeto neoliberal.

Enquanto professor, minha práxis educativa se limita ao ensino de inglês. Todavia, a meu ver, questões que partem da minha experiência profissional, associadas a questões neocoloniais e imperialistas discutidas aqui, podem ter impacto na educação linguística de outros idiomas, principalmente num contexto em que o inglês foi estabelecido como única língua de ensino regular no Brasil (Brasil, 2017). Sendo assim, espero que as inquietações aqui apresentadas possam transcender o meu *locus* de enunciação.

A língua inglesa gradativamente se estabeleceu com a língua internacional *de facto* durante as últimas décadas (Mckay, 2002) e vem sendo advogada como uma língua

² As reflexões aqui apresentadas foram especialmente provocadas pela conjuntura social, sanitária e política do ano de 2021.

franca (Jenkins, 2009). Se podemos encontrar no antigo império britânico o início de tal processo, apenas com o estabelecimento dos Estados Unidos como potência hegemônica que o inglês atingiu sua soberania, podendo ser classificado como a língua de maior importância e prestígio no âmbito global, claramente sendo a escolha privilegiada na ciência/academia³, em publicações, nas relações internacionais entre governos e/ou para comércio, na *internet*, na cultura popular (cinema, televisão e música, por exemplo), na infra-estrutura de muitos países que não têm inglês como língua oficial (como em placas informativas, em avisos importantes e nos sinais de trânsito, entre muitos outros contextos) e, ainda, no *imaginário de muitos brasileiros*.

Como destaca Kress (2010, p. 19), "the English language has acted as a vector for the spread of relevant ideologies: neoliberal/neoconservative conceptions of market, state, family and the individual"⁴. Concomitantemente, como acertadamente demonstrado por Ferraz (2015), e corroborado pelas minhas inúmeras experiências e conversas em sala de aula ao longo de duas décadas como professor de inglês, é senso-comum para grande parte dos brasileiros que aprender essa língua é considerado imprescindível, um tipo de obrigação que pode, muitas vezes, conceder melhores oportunidades empregatícias, acesso à indústria cultural estadunidense, além de investimento em capital humano.

Ainda segundo Ferraz (2015, p. 52), "esses discursos têm como raiz filosófica o neoliberalismo, ou seja, cada indivíduo deve aprender para melhorar suas próprias condições de vida". Percebendo o entrelaçamento entre questões linguísticas, econômicas, sociais, discursivas e históricas, um letramento que se preocupe com inquirições sobre a sociedade contemporânea, por um viés crítico, mostra-se uma demanda no que tange à educação linguística. Dessa forma, refletir sobre o funcionamento do sistema-mundo, suas relações econômicas e culturais, seus modos de dominação e exploração, em conjunto com questões linguísticas e de poder, mostra-se relevante, afinal, o inglês não se tornou a língua mais importante por acaso.

Para as reflexões que pretendo com este texto, na próxima seção, situarei brevemente a decolonialidade e os estudos dos letramentos. Em seguida, tratarei do conceito de neocolonialismo, descrevendo duas de suas características, a saber,

³No ano 2020, 95% dos artigos publicados em revistas científicas foram escritos em inglês, sendo apenas 1% escrito em português e espanhol; ainda, 84% dos pesquisadores ibero-americanos publicam em inglês ao invés de português ou espanhol, o que acontece com 88% dos pesquisadores brasileiros (Bonilla, 2021).

⁴ "A língua inglesa tem atuado como vetor de difusão de ideologias relevantes: concepções neoliberais/neoconservadoras de mercado, estado, família e indivíduo" (tradução minha).

imperialismo estadunidense e neoliberalismo. Passarei, então, a narrar brevemente o impacto do neocolonialismo no Brasil fazendo uso de um exemplo histórico. Finalmente, ao longo de minhas últimas reflexões, abordarei alguns pontos que julgo serem necessários para uma educação linguística a partir do LNC.

1 Alicerces teóricos: decolonialidade e letramentos

Os estudos decoloniais podem ser considerados um movimento, uma proposta *outra* para narrar as estruturas da sociedade contemporânea. A decolonialidade, nesse viés, pode ser vista como uma tentativa de desconstruir a colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2000; Mignolo, 2003) que estabeleceram desde a modernidade o que hoje chamamos de Sul Global e Norte Global. Através do processo de colonização, exploração e saque, países europeus se auto-denominaram o centro do mundo durante a modernidade, criando ficções narrativas que justificavam, na sua cosmovisão, sua dominação mundial.

No processo de extermínio dos povos originários, expropriação de terras e riquezas, impérios como Espanha, Portugal e Inglaterra, apenas para nomear alguns, usufruíram de Aba Yala, da África e da Ásia para se estabelecerem como metrópoles do sistema capitalista que devasta o mundo até os dias de hoje, exaurindo suas riquezas naturais e causando poluição e mudanças climáticas, além de gerar desigualdades tanto econômicas quanto ontológicas.

Segundo o pensamento decolonial, precisamos, em primeiro lugar, perceber que somos frutos da colonização (Albuquerque; Haus, 2020) e sofreremos, até hoje, consequências do processo desumanizante guiado pela Europa moderna. Entender como esse processo se deu e buscar superar esse mundo eurocêntrico criado nos últimos séculos pode ser a força motriz na construção de um mundo mais justo, menos violento e menos desigual.

Se Mignolo (2003), por exemplo, apontou que não teria havido modernidade sem a colonialidade, creio que podemos nos perguntar quais são as determinações que ainda mantêm a linha abissal (Sousa Santos, 2019) viva depois do processo de descolonização que ocorreu ao longo dos séculos XIX e XX. A meu ver, não vivemos *apenas* as consequências históricas do modelo colonial europeu, mas estamos *também* numa era neocolonial guiada pelo império estadunidense na atualidade. Um império que possui práticas distintas daquelas que vieram antes, sendo o foco das minhas preocupações neste trabalho.

Críticas ao euro-centrismo e à colonialidade já estão solidificadas nos estudos decoloniais e estou convencido de que tais críticas são válidas e necessárias. Por outro lado, acredito que elas podem, ao mesmo tempo, atrapalhar a luta política que precisamos enfrentar no contexto atual. Digo isso porque me parece estabelecido nos estudos decoloniais (Mignolo, 2003; Mignolo; Walsh, 2018, por exemplo) que, primeiramente, precisamos superar a modernidade criada pelo mundo eurocentrado. Ainda, entende-se que o colonialismo da modernidade ainda nos deixa heranças, a chamada *colonialidade*. Nesse entendimento, precisamos identificar, interrogar e interromper marcas coloniais (Menezes de Souza, 2021) que se mantêm na atualidade. O que fica subentendido, porém, nesse argumento é que a colonialidade acabou e precisamos lutar contra as suas cicatrizes.

Eu vejo duas limitações nesses entendimentos citados acima: 1. não vivemos mais num mundo eurocêntrico e precisamos enfatizar que a mais importante luta política atual é contra o imperialismo estadunidense; 2. além da colonialidade, ou seja, marcas do colonialismo, há novas formas de dominação, exploração e pilhagem que foram criadas pela Norte Global, cujo centro são os Estados Unidos.

Por isso, pretendo descrever aqui dois aspectos, entre outros possíveis, que nutrem o *neocolonialismo estadunidense* ao redor do mundo, a saber, seu imperialismo militar e o projeto neoliberal que se estabeleceu como hegemônico a partir das décadas de 1970 e 1980, espalhando-se aos quatro cantos do planeta, uma forma contemporânea de exploração.

Com a intenção de criar entendimentos sobre o neocolonialismo estadunidense, uso como alicerce o conceito de letramento. *Letramento* tem nas suas origens a intenção de complexificar a ideia de leitura e escrita. Indo além de uma codificação de símbolos e letras, alicerçado em Paulo Freire e seu esforço em descrever que a leitura de mundo vem antes da leitura da palavra, entendo letramento como uma forma de usar conhecimentos de uma maneira consciente, propositiva e, conjuntamente, enfatizando que todas nossas ações são políticas: "letramento como uma questão social e política e, portanto, ideológica" (Terra, 2013, p. 31).

Com o amadurecimento dos estudos dos letramentos, a palavra no singular passou a ser usada no plural, pois, além de um letramento que se preocupe com a palavra escrita, entende-se que a sociedade contemporânea requer diferentes letramentos para diferentes situações: "Para algumas pessoas, ser letrado pode significar, por exemplo, ter a capacidade de trabalhar em um escritório; para outros, no entanto, significa ser capaz de escrever uma carta para amigos e/ou familiares; já

para outros, ser letrado é ser capaz de assinar o seu próprio nome, e assim por diante” (TERRA, 2013, p. 32).

Em consonância com essa perspectiva, pode-se advogar por um letramento que busque construir entendimentos e conhecimentos sobre a sociedade hodierna em que vivemos, para que, assim, possamos pensar em ações propositivas de mudança e mais justiça social. Nessa linha de pensamento, uso o conceito de Letramento Neocolonial Crítico (LNC) como uma forma de se enveredar nas forças determinantes da construção social contemporânea.

Parto do conceito de Freire (2005, p. 242) sobre conscientização, pois precisamos buscar construir significados críticos sobre o mundo em que vivemos para, em seguida, buscar transformá-lo:

a conscientização não era outra coisa senão o esforço da compreensão do mundo histórico-social sobre que se está intervindo ou se pretende intervir politicamente. O mesmo ocorre com a compreensão de um texto de cuja invenção os leitores não podem escapar, embora respeitando o trabalho realizado, neste sentido, por seu autor. Não há realmente, prática educativa que não seja um ato de conhecimento e não de transferência de conhecimento. Um ato de que o educando seja um dos sujeitos críticos.

Nessa toada, Lynn Mario Menezes de Souza (2011, p. 132), num esforço de redefinir letramento crítico (LC), o entende como "um ato que não se limita a revelar ou desvelar as condições de produção do texto lido, [LC] necessita por sua vez de outra acepção do conceito de 'crítica', uma acepção que traga consigo uma dimensão histórica para complementar a dimensão social", pois revelar/desvelar é o primeiro passo; dimensões sociais e históricas são inerentes ao processo e a crítica questiona o apreendido, visando imaginar possibilidades *outras*.

Buscando aproximações com os estudos decoloniais e usando o conceito de LNC, ou seja, na intenção de entender a sociedade em que vivo, na próxima seção abordo duas facetas do neocolonialismo estadunidense de forma a possibilitar pensarmos outros futuros possíveis, fora das amarras neocoloniais, o que Freire chamaria de um *inédito viável*⁵.

⁵ "O 'inédito-viável' é na realidade uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um 'percebido destacado' pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar realidade" (Freire, 2021, p. 279).

2 Neocolonialismo

Chomsky (2017) denomina os Estados Unidos (EUA) como o maior estado terrorista do mundo. Argumentos para basear sua afirmação não faltam. Os EUA, por exemplo, têm permanecido em estado de guerra durante 222 anos dos seus 239 anos de existência (Charpentier, 2017), sendo para extermínio dos povos originários da hoje chamada América do Norte ou para conflitos em todas as regiões do mundo onde haja interesses da sua classe dominante. Apenas durante o governo de Bill Clinton, por exemplo, o país executou 48 ações militares (Losurdo, 2020) cujos objetivos estavam relacionados a questões geopolíticas, petrolíferas e de exploração (Harvey, 2004). Ademais, para manter esse império global, os EUA possuem mais de 750 bases militares ao redor do mundo (Hussein; Haddad, 2021).

Como narra Bevins (2020), desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA têm se envolvido em campanhas ao redor do globo para enfrentar qualquer projeto nacional de soberania e desenvolvimento progressista e autônomo, fazendo uso de um discurso demonizador para práticas que visam ao bem das populações locais, o que chegou a envolver, segundo demonstra o autor, campanhas de assassinato e extermínio ou, como pelo menos duas vezes no Brasil, de participação e/ou coordenação de processos golpistas para derrubada de governos preocupados com a melhora da qualidade de vida de suas populações.

Se durante a modernidade os impérios faziam uso do modelo colonial direto, afirmando-se donos de outros países e territórios, os EUA se utilizam de um novo modelo de exploração alicerçado em dominação econômica que, em seu projeto de globalização, apoia-se em seu poderio militar e financeiro para seu enriquecimento (Chomsky, 2017; Souza, 2020), guiando o projeto neoliberal globalmente. Não singularizo os EUA pelo fato de serem o único império global, mas, por serem claramente o mais influente ao redor do planeta desde a Segunda Guerra Mundial (Chomsky, 2017).

Partindo do entendimento de que língua é uma prática social e que língua e cultura são indissociáveis, pensar a sociedade em que vivemos, seus fundamentos locais e globais e como o imperialismo neocolonial funciona pode ser um alicerce para lutarmos contra as formas mais hodiernas de exploração, sendo assim questões relevantes para fazerem parte de uma educação linguística (Ferraz, 2015) em línguas.

Proponho como *uma leitura possível* o fato de que as estruturas de exploração se transformaram ao longo do último século. Como narra o historiador Immerwahr

(2019), os EUA desenvolveram novas ferramentas, tecnologias e estratégias desde o fim da Segunda Grande Guerra para ampliarem sua influência de forma planetária.

[The U.S.] replaced colonization with globalization. *Globalization* is a fashionable word, and it's easy to speak of it in vague terms - to talk of increasingly better technologies drawing a disparate world together. But those new technologies didn't just crop up. Many were developed by the U.S. military in a short burst of time in the 1940s, with the goal of giving the United States a *new relationship to territory*. Dramatically, and in just a few years, the military built a world-spanning logistical network that was startling in *how little it depended on colonies*. It was also startling in how much it centered the world's trade, transport, and communication on *one country*, the United States (Immerwahr, 2019, p. 18 - ênfases minhas)⁶.

Concomitantemente, como narram Escobar (2021) e Hudson (2018, 2021), o império neocolonial faz uso de estratégias como: a) dividir para conquistar (ou seja, alimentar divisões internas em países com projetos progressistas e soberanos); b) acusar seus adversários e/ou inimigos de ações que eles mesmos realizam (por exemplo, influência em processos eleitorais); c) afirmar que fatos determinantes não existem ou não deveriam existir (como defender que países se desenvolvem mais eficazmente sem interferência estatal - discurso neoliberal - ou classificar qualquer questionamento de intervencionismo estadunidense como "teoria da conspiração").

Associado a questões militares e discursivas, o modelo neoliberal é amplamente disseminado. Uma das determinações do modelo neoliberal é uma construção que objetiva o enfraquecimento da democracia e sua possível influência, pelo voto popular, nas questões capitalistas. O voto se mostra uma das maiores forças da opinião popular, pois é a única faceta do poder em que os eleitores têm voz direta, ao contrário do judiciário e das forças armadas, que são institucionalizadas. Por essa razão, o projeto neoliberal promove a demonização da política e o encorajamento da despolitização da população através de dizeres superficiais como "todo político é igual" ou "todos os políticos são corruptos", repetidos frequentemente e com naturalidade.

⁶ "[Os EUA] substituíram a colonização pela globalização. *Globalização* é uma palavra da moda, e é fácil falar dela em termos vagos - falar de tecnologias cada vez melhores que unem um mundo desigual. Mas essas novas tecnologias não surgiram do nada. Muitas foram desenvolvidas pelas Forças Militares estadunidenses em um curto período de tempo na década de 1940, com o objetivo de dar aos Estados Unidos uma nova relação com o território. Dramaticamente, e em apenas alguns anos, os militares construíram uma rede logística de alcance mundial que de forma surpreendente pouco dependia das colônias. Também era surpreendente o quanto centralizava o comércio, o transporte e a comunicação do mundo em um país, os Estados Unidos" - tradução minha.

Poderíamos, ainda, definir o neoliberalismo como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 17). Segundo Michel Foucault (2008, p. 324), “trata-se não da instituição 'governo', mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumento de Estado”. Ademais, Foucault introduziu o tempo “governamentabilidade”, significando diversas formas pelas quais pessoas em posição de poder, pertencendo ou não a um governo, tentam conduzir a conduta de outros homens (Dardot; Laval, 2016).

Ainda nessa perspectiva, “chamo de governamentabilidade o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 2008, p. 324), ou seja, o termo de Foucault se refere à disciplina de um autogoverno do indivíduo pelo imaginário neoliberal (Casara, 2021) e sua lógica de concorrência e seu modelo de empresa para o estado e para o indivíduo, destacando o caráter transversal dos modos de poder inerentes a uma sociedade numa mesma época (Dardot; Laval, 2016).

Quadro 1 - Razão Neoliberal

RAZÃO NEOLIBERAL	
1	Ao contrário da visão compartilhada por economistas clássicos, o mercado não é um dado natural, mas uma realidade construída que, como tal, requer a intervenção ativa do Estado, assim como um sistema de direito específico.
2	A essência da ordem de mercado não reside na troca, mas na <i>concorrência</i> , definida como relação de desigualdade entre diferentes unidades de produção ou “empresas”, sendo ela a norma geral das práticas econômicas e o Estado como garantidor do quadro geral.
3	O Estado, além de ser a quem compete construir o mercado, é obrigado a se ver a si mesmo como uma empresa, construindo-se de acordo com as normas de mercado, e acarretando a primazia absoluta do direito privado e um esvaziamento progressivo de todas as categorias de direito público, porém, não através de uma ab-rogação formal dessas últimas, mas de uma desativação de sua validade operatória (sucateamento).
4	A exigência de uma universalização da norma de concorrência ultrapassa largamente as fronteiras do Estado, atingindo até os indivíduos em suas relações consigo mesmos. A "governamentabilidade empresarial" prolonga-se ao governo de si do “indivíduo-empresa”, ou, mais exatamente, o Estado empreendedor deve, com os autores privados da "governança",

RAZÃO NEOLIBERAL	
	conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se multiplicar.

Fonte: Dardot e Laval (2016).

Por vivermos no neoliberalismo e em sua nova razão de mundo, o LNC se propõe como um letramento *em línguas*, não apenas em inglês. O inglês, por razões geopolíticas, ocupa hoje o papel de idioma da ciência já ocupado no passado, sequencialmente, por latim, francês e alemão. Porém, a hegemonia do inglês transcende a ciência, permeia toda a comunidade global, fazendo-nos questionar quais forças acarretam tal preponderância. Bebendo inicialmente da sociologia e da história, concluo que o neoliberalismo, por ser a nova razão do mundo (Dardot; Laval, 2016) e uma nova forma civilizatória (Mignolo, 2003), necessita de um estudo indisciplinar (Moita Lopes, 2006) para que possamos vislumbrar suas características uma vez que “as humanidades têm a função de interligar todas as áreas do conhecimento pela linguagem” (Ferraz, 2015, p. 15). Consequentemente, a linguística aplicada (LA) parece um *habitat* natural para tais estudos e, ao mesmo tempo, estudos sobre o encontro entre questões econômicas, políticas e linguísticas devem fazer parte de uma educação linguística em qualquer língua.

Partindo dessa leitura, na próxima seção, faço uso de uma breve ilustração de como o neocolonialismo tem impacto direto aqui no Brasil contemporâneo, justificando a necessidade de criação de entendimentos sobre ele.

3 Neocolonialismo e sua ação direta no Brasil: auxílio na criação do bolsonarismo

Em seu essencial livro chamado “Guerra Cultural e Retórica do Ódio”, João Cezar de Castro Rocha (2021) narra em detalhes o processo complexo que buscarei cobrir de forma breve a partir daqui. Em seu livro, o autor caracteriza o movimento bolsonarista desde sua gênese, que, como demonstra sua etnografia textual, ocorreu muito antes do governo Bolsonaro e tem em suas entranhas o envolvimento do imperialismo neocolonial estadunidense. Descrevo, baseando-se no livro de Rocha e nos estudos de Chomsky (2017) e Bevins (2020), os processos planejados e de longo prazo que culminaram com a eleição de Jair Bolsonaro e o crescimento exponencial do número

dos militares no poder executivo que, em 2021, já ultrapassava 6000, de acordo com o Tribunal de Contas da União⁷.

Para iniciar, precisamos voltar à Guerra Fria, iniciada depois da Segunda Guerra Mundial. Encerrada a Grande Guerra, os EUA redefiniram o papel de suas Forças Armadas. Como detalham os autores acima citados, o país começou a construir sua cruzada anti-comunista. Um dado, porém, se destaca: as Forças Armadas passaram a não se limitar apenas a lutar com inimigos externos. Elas passaram a se preocupar também com os denominados *inimigos internos*, aqueles que, mesmo dentro das fronteiras do país, teriam, supostamente, algum tipo de ligação com o movimento comunista, em outras palavras, que de alguma forma questionavam ou criticavam o governo estabelecido.

Após a Segunda Grande Guerra, militares brasileiros passaram a ser treinados pelo exército estadunidense, por exemplo, na *National War College*, trazendo os princípios dessa abordagem de intervenção interna para o Brasil: “In the 1950s and 1960s, Brazil’s military deepened its ties with Washington. The US maintained its largest service missions in Brazil, and Brazilian officers received extra appointments to train at Fort Leavenworth’s command school”⁸ (Bevins, 2020, p. 104). A doutrina anti-comunista aprendida pelos nossos militares seria mais tarde conhecida como Doutrina de Segurança Nacional e não seria exclusividade no Brasil, pois estaria ligada a outros golpes militares da América Latina, sempre associados ao governo estadunidense, buscando manter o continente como o *quintal dos fundos* dos EUA, algo marcadamente disseminado pelo menos desde a Doutrina Monroe do começo do século XIX. Nesse contexto, qualquer movimento progressista é visto como uma ameaça ao domínio estadunidense.

Nessa conjuntura, aqui no Brasil, como destaca Bevins (2020), João Goulart começou a chamar atenção do império neocolonial e das elites brasileiras já na década de 1950. Enquanto ministro do trabalho do governo Vargas em 1954, Jango, como era conhecido, lutou para dobrar o salário mínimo, o que despertou ultraje da classe dominante brasileira.

⁷ Veja, por exemplo, <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>.

⁸ “Nas décadas de 1950 e 1960, os militares do Brasil aprofundaram seus laços com Washington. Os EUA mantiveram suas maiores missões de serviço no Brasil, e oficiais brasileiros receberam nomeações extras para treinar na escola de comando de Fort Leavenworth” - tradução minha.

Já mais tarde, Jango se tornaria vice-presidente de Juscelino Kubistchek, quando começou a chamar atenção do império do norte mais diretamente. Reeleito como vice-presidente⁹, porém de Jânio Quadros, Jango assume a presidência depois da renúncia do mandatário e começa a defender as chamadas “reformas de base”, as quais buscavam estender o direito de voto para todos os brasileiros por meio de um programa nacional de alfabetização, pois analfabetos não podiam votar até então (Paulo Freire se envolveu nesse projeto antes de seu exílio, motivo pelo qual é perseguido desde então, fato repetido mais recentemente no discurso bolsonarista durante as eleições de 2018). Ainda, o novo presidente era a favor da reforma agrária para revolta dos latifundiários. Em consequência, no ano eleitoral de 1964, os EUA decidem “spend millions on anti-Goulart plans for elections that year, and to prepare the ground for a military coup”¹⁰ (Bevins, 2020, p. 99), vista a tendência progressista do presidente do Brasil, algo inaceitável para o império.

Como sabemos, o golpe acabou acontecendo em 1964, uma ação que envolveu as elites brasileiras, as Forças Armadas nacionais e o império neocolonial (como destaca Bevins (2020), a marinha estadunidense estava no litoral brasileiro para assegurar o golpe). Quem assumiu o governo foi Castelo Branco: “Earlier in his life, Castelo Branco had trained at Fort Leavenworth [...]. There, he had met Vernon Walters, the military attaché Kennedy sent to Brazil. After they studied together, [...] Branco and Walters were roommates, living together in a small hotel in Italy”¹¹ (idem, p. 108), o que ajuda a explicar sua posição de destaque no novo governo golpista.

A ditadura se estendeu por 21 anos e terminou, como detalha Rocha (2021), quando uma ala das Forças Armadas não concordava com a re-democratização. Desde a década de 1980, essa ala das Forças Armadas começou a planejar sua volta ao poder. Para entender esse processo, brilhantemente detalhado por Rocha, que culminaria no desgoverno de Bolsonaro, precisamos incluir na nossa conversa o livro *Orvil*. Como narra o autor, “sublinhe-se a centralidade de *Orvil* na formação da mentalidade

⁹ Vale lembrar que, na época, presidente e vice-presidente eram eleitos separadamente. Na eleição de Quadros, Jango recebeu mais votos que o próprio presidente.

¹⁰ “gastar milhões em planos anti-Goulart para as eleições daquele ano e preparar o terreno para um golpe militar” - tradução minha.

¹¹ “No início de sua vida, Castelo Branco havia treinado em Fort Leavenworth [...]. Lá, ele conheceu Vernon Walters, o adido militar que Kennedy enviou ao Brasil. Depois de estudarem juntos, [...] Branco e Walters foram companheiros de quarto, morando juntos em um pequeno hotel na Itália” - tradução minha.

bolsonarista e, sobretudo, sua relevância estratégica na definição do governo Bolsonaro enquanto arquitetura-da-destruição” (Rocha, 2021, p. 263).

O livro, escrito entre 1985 e 1988, como explica Rocha (2021, p. 257), buscava reescrever “a história do passado recente, a fim de projetar um futuro político no qual a esquerda seria eliminada” - o que explica, por exemplo, o discurso bolsonarista recente de renomear o golpe de 1964 de *revolução*. No livro, podemos encontrar todas as bases do discurso bolsonarista que hoje nos é familiar, de extirpação do comunismo e da esquerda, que ajudou a acarretar o golpe de 2016, alimentando o anti-petismo¹² e culminando na eleição de Bolsonaro em 2018, trazendo as influências militares para o poder civil/executivo.

Uma das principais hipóteses de *Oroil* é a de que a esquerda assumiu hegemonia das instituições do Estado brasileiro; logo, minar/destruir essas instituições, como o setor da educação, mostra-se essencial para o projeto proto-fascista, algo facilmente reconhecível no discurso de Bolsonaro e em suas ações como presidente (a chamada "arquitetura-da-destruição").

Dando um pulo no tempo e tratando do golpe mais recente, já em 2016, vale ressaltar o talvez mais importante furo jornalístico de 2013 quando se descobriu que o governo Obama espiava governantes de vários países, como Angela Merkel, da Alemanha, além da presidenta Dilma Rousseff¹³ e, ainda, chegou à Petrobras¹⁴ e sua inteligência sobre o Pré-Sal, outro motivo que auxiliaria na decisão estadunidense de ajudar no golpe, mirando os imensos poços de petróleo privatizados desde a golpe contra Dilma, para benefício das petroleiras estadunidenses (Mier; Hunt, 2019).

Como busquei demonstrar muito brevemente, a história, que inclui o golpe mais recente, é tremendamente mais longa e complexa e precisa ser estudada com atenção com a ajuda de Rocha, Bevins e Chomsky, apenas para nomear alguns. Porém, como sabemos (Souza, 2016, 2020; Mier; Hunt, 2019), nossa história tem *influência direta* do império neocolonial estadunidense em conjunto com ações das nossas Forças Armadas contra aqueles que são percebidos como inimigos internos, leia-se a esquerda: uma

¹² A meu ver é facilmente observável que o PT não tem aspirações comunistas, assim como Jango não era um comunista. Porém, qualquer tipo de práticas que sugira soberania ou movimentos progressistas é imediatamente atacada pelo império neocolonial, com auxílio, aqui no Brasil, do que Souza (2019) chama de nossa “elite do atraso”.

¹³ Veja: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/documentos-da-nsa-apontam-dilma-rousseff-como-alvo-de-espionagem.html>.

¹⁴ Veja: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/petrobras-foi-alvo-de-espionagem-de-agencia-dos-eua-aponta-documento.html>.

função, a meu ver e da constituição, que não caberia às Forças Armadas, pois elas deveriam nos proteger de *inimigos externos*.

Busquei apenas pincelar aqui sobre como o império neocolonial estadunidense tem suas amarras com nosso contexto. Ainda, como, fazendo uso do projeto neoliberal, passou dos anos 1970, quando possuía 25% da riqueza mundial, para hoje (Chomsky, 2017), quando possui cerca 50% da riqueza do planeta, mostrando a eficácia do seu *modelo neocolonial*.

Considerações finais

Sendo eu um professor de inglês, iniciei minhas reflexões sobre qual o papel do imperialismo estadunidense e do neoliberalismo para a hegemonia política, econômica e linguística dos EUA. Constatei, todavia, que entender a sociedade neoliberal em que vivemos pode ser relevante para uma educação linguística *em línguas*, não apenas em inglês. Para tanto, este trabalho discorreu brevemente sobre algumas características dos estudos dos letramentos, entendidos como práticas sociais localizadas geográfica e temporalmente, e dos estudos da decolonialidade, um movimento anti-imperialista.

Nessa toada, gostaria de relatar um pouco da minha práxis educacional. Enquanto professor de língua, passo boa parte das aulas que leciono conversando com meus alunos e minhas alunas sobre suas vidas pessoais e suas opiniões sobre os mais diversos assuntos, algo comum em aulas de línguas. Uma vez que nós, educadores, buscamos desenvolver aulas relevantes e significativas para os estudantes, temos diversas oportunidades de conhecer motivações para os estudos do inglês e, ao mesmo tempo, conhecermos suas leituras de mundo e suas aspirações. Dito isso, posso compartilhar que é facilmente constatável que os estudantes de inglês no Brasil - ou pelo menos aqueles que estiveram em minhas aulas - têm uma clara tendência em ler o papel dos EUA no mundo de uma forma majoritariamente positiva, com teor de admiração. Eu tenho lecionado um curso de férias para brasileiros/as nos EUA nos últimos anos e percebo o brilho nos olhos de cada um ao chegar ao país e sua satisfação de pisar no solo americano por alguns dias.

Essa leitura comum, a meu ver, tem uma forte influência do conteúdo cultural consumido por esses estudantes. De forma a praticar o idioma e aumentar uma dita fluência, estudantes consomem os produtos da indústria cultural estadunidense, tanto por escolha própria quanto por encorajamentos de nós professores/as. Como educadores/as que entendem que língua é uma prática social, acreditamos que tanto

o uso da língua de forma tanto mais ativa (*output*), em conversas, por exemplo, quanto em formas um pouco mais passivas (*input*), como ouvir música ou assistir um filme ou um programa de TV, podem ajudar no desenvolvimento linguístico de cada um.

Nesses esforços bem-intencionados, todavia, outras consequências inesperadas são experienciadas como a internalização de uma narrativa majoritariamente positiva sobre os EUA e sobre a vida no país, algo que desperta um desejo de turismo e até de moradia na nação que se diz como o centro do mundo livre, algo facilmente questionável.

A indústria cultural estadunidense, repleta de produtos culturais de alta qualidade, não se estabelece num vácuo cultural. Como toda ação humana, ela é política. Sua ligação com a esfera governamental estadunidense no intuito de construção de narrativas favoráveis ao império é facilmente constatável (Souza, 2021), algo que pode ser abordado em aulas com viés crítico e problematizador, afinal, não podemos minimizar a cosmovisão de mundo entranhada a cada língua. Dessa forma, podemos complexificar a influência estadunidense no mundo e, principalmente, no Brasil. Podemos trazer questionamentos como: Quais valores são basilares ou predominantes, implícita ou explicitamente, no conteúdo que consumo? O conteúdo cultural que consumo favorece o fortalecimento de quais narrativas ou discursos sobre os EUA? Quais são as influências que me auxiliam na construção da minha leitura sobre o papel dos EUA no mundo contemporâneo? Qual a influência dos produtos culturais que consumo na minha leitura de mundo?

Nesse sentido, podemos enfatizar que “a língua inglesa permeia as esferas públicas e se torna cada vez mais ‘presente, forte e dominante’ na academia, no ciberespaço e nos negócios e esse processo se deu [...] de forma colonizadora e imperialista” (Ferraz, 2015, p. 76). Ademais, em consonância, Pennycook (2006, p. 90) destaca que:

The very concept of an International, or world, language was an invention of Western imperialism. [...] It has been created, promoted and sustained to the benefit of Western powers, global capitalism, the developed world, the center over the periphery, or neoliberal ideology¹⁵.

¹⁵ "O próprio conceito de uma língua internacional, ou mundial, foi uma invenção do imperialismo ocidental. [...] Ele foi criado, promovido e sustentado em benefício das potências ocidentais, do capitalismo global, do mundo desenvolvido, do centro sobre a periferia, ou ideologia neoliberal" - tradução minha.

Ou seja, a hegemonia política, cultural e econômica dos EUA tem na língua inglesa um de seus alicerces. Pensar inglês apenas como uma língua franca pode abrir espaço para uma abordagem linguística que desconsidere questões culturais e geopolíticas que permeiam a língua.

Pensar a língua como forma de dominação não foi um acidente, mas algo planejado:

As Allied leaders contemplated how the world might look after the war, they thought about language. “The empires of the future are empires of the mind,” Winston Churchill announced in 1943 in a speech at Harvard. The key to that mental colonization, he believed, was linguistic. Churchill invited Harvard students to imagine the “grand convenience” that English speakers would enjoy if their language were used globally. No longer hemmed in by territorial empires, they’d be able to “move freely about the world.” It was a stirring vision. Yet it was also, Churchill recognized, far from reality. English wasn’t a global lingua franca in 1943, and it didn’t seem likely to become one anytime soon (Immerwahr, 2019, p. 321).

O projeto de dominação linguística parecia distante quando Churchill o verbalizou. Isso mudou. Consequentemente, advogo por uma educação linguística, a partir do LNC, que inclua alguns entendimentos:

1. O espalhamento de inglês ao redor do mundo é uma prática social imperialista/neocolonial, logo, uma educação linguística deveria abordar criticamente o fato de que a supremacia do inglês sobre outras línguas não é algo natural.
2. Os círculos de Kachru (1985), que exploram o espalhamento de inglês ao redor do mundo, podem ainda ter sua relevância, na leitura deste trabalho, da seguinte forma: a) *países do centro* ou *círculo interno* são aqueles países envolvidos no projeto colonial britânico e onde foram estabelecidas colônias de povoamento/exterminação da população originária; b) *países do círculo externo* são aqueles onde o império britânico e, em seguida, o império estadunidense estabeleceram colônias de exploração; c) *países do círculo em expansão* são aqueles onde o Norte Global impõe o projeto neocolonial e de globalização sob a liderança dos EUA.
3. Questões ligadas à globalização recente, incentivada pelo projeto neoliberal, precisam ser vistas a partir de um ponto de vista crítico e não como um dado da contemporaneidade.

4. Parece relevante construir entendimentos, em sala com nossos/as alunos/as, sobre por que razões o inglês tem hegemonia em: ciência, negócios, tecnologia, indústria cultural, turismo etc. através de questões sócio-históricas sobre a globalização recente, buscando entender criticamente *com* nossas/os aluna/os por que razões aprendemos a língua (por exemplo, aprender inglês para trabalhar em multinacionais não é apenas um possível benefício para o/a trabalhador, pois representa uma forma de empresas multinacionais fazerem uso de uma mão-de-obra barata que as ajudarão a remeter maiores lucros para fora do país, quando poderíamos, como nação soberana, desenvolver projetos de desenvolvimento que invistam em empresas nacionais e abandonem o modelo de exploração financeira por multinacionais estrangeiras, de forma que falantes de inglês no Brasil façam uso da língua em situações de comunicação internacional de modo que as rendas geradas fiquem no país):

O ensino de línguas estrangeiras pode colaborar para a formação de cidadãos críticos e deveria estar preocupado com aspectos linguísticos [...] e com os culturais e identitários (saber uma língua estrangeira para entender o outro e a si mesmo e as razões pelas quais estuda determinada língua e não outra) (Ferraz, 2015, p. 71-72).

5. Práticas indisciplinadas têm um local privilegiado em aulas de línguas, pois em aulas de línguas os/as estudantes podem buscar se desenvolver com o objetivo de se expressar sobre os mais diversos assuntos na língua-alvo, por exemplo, sobre política, economia, relações internacionais, neocolonialismo, imperialismo etc. Há...

uma necessidade de entendermos os estudos de língua não somente em termos de 'construção de sentidos, categorias sociais (identitárias) e de relações sociais', mas também nas condições econômicas e políticas [...], ou seja, defender uma educação em LI [língua inglesa] focadas nos aspectos socioculturais significa também considerar o contexto econômico (classe, poder, acesso) no qual estamos inseridos (Ferraz, 2015, p. 48).

Ao longo deste artigo, busquei abordar *uma possibilidade* sobre o que pode ser uma educação linguística crítica. Parti do meu *locus* de enunciação como professor de inglês, porém tentei ampliar as discussões, fazendo uso de questões decoloniais e dos letramentos, para construir entendimentos que podem fazer parte da educação linguística em outras línguas. Apontei que tratar inglês como uma língua franca pode

<https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/index>
Macapá, v. 14, n. 3, 2º sem., 2024.

estar associado a uma leitura que desconsidere práticas linguísticas imperialistas. Tratei de assuntos deveras complexos em poucas páginas e, por isso, considero este trabalho apenas um início de conversas que possam complexificar as questões já tratadas em LA.

Referências

- ALBUQUERQUE, M. L. V. DE; HAUS, C. Decolonialidade e inglês como língua franca: diálogos com professores brasileiros. *Cadernos do IL*, n. 61, p. 181–208, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/103202>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- BEVINS, V. *The Jakarta Method: Washington's Anticommunist Crusade and the Mass Murder Program that Shaped Our World*. New York: Hachette UK, 2020.
- BONILLA, J. M. H. Em 95% dos artigos científicos, inglês cria 'ditadura da língua'. Apenas 1% está em português e espanhol. *El País Brasil*, 28. jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-28/em-95-dos-artigos-cientificos-ingles-cria-ditadura-da-lingua-apenas-1-esta-em-portugues-e-espanhol.html>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- CASARA, R. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.
- CHARPENTIER, A. *The U.S. Has Been At War 222 Out of 239 Years*. 2017. Disponível em: <https://freakonometrics.hypotheses.org/50473>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- CHOMSKY, N. *Quem Manda no Mundo?* São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2017.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. *A Pedagogy of Multiliteracies: Learning by Design*. London: Springer, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- ESCOBAR, P. *Raging Twenties: Great Power Politics Meets Techno-Feudalism*. Ann Arbor, MI: Nimble Books, 2021.
- FERRAZ, D. de M. *Educação crítica em língua inglesa: neoliberalismo, globalização e novos letramentos*. Curitiba: CRV, 2015.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/index>
Macapá, v. 14, n. 3, 2º sem., 2024.

- FREIRE, A. M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021, p. 273-333.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Tolerância*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- G1. Documentos da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/documentos-da-nsa-apontam-dilma-rousseff-como-alvo-de-espionagem.html>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- G1. Petrobras foi alvo de espionagem de agência dos EUA, aponta documento. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/petrobras-foi-alvo-de-espionagem-de-agencia-dos-eua-aponta-documento.html>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- GNEITING, L. *TVT News*. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- GROSFUGUEL, R. La compleja relación entre modernidad y capitalismo: una visión descolonial. *Pléyade* (Santiago), n. 21, p. 29-47, 2018.
- HARVEY, D. *O Novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HUDSON, M. *...and Forgive Them Their Debts: Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year*. Glashüttle: ISLET, 2018.
- HUDSON, M. *Super Imperialism: The Economic Strategy of American Empire*. Third Edition. Glashüttle: ISLET, 2021.
- HUSSEIN, M.; HADDAD, M. Infographic: US military presence around the world. *Al Jazeera*, 10. Sep. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/9/10/infographic-us-military-presence-around-the-world-interactive>. Acesso em: 1 dez. 2021.
- IMMERWAHR, D. *How to Hide an Empire: A History of the Greater United States*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2019.
- JENKINS, J. English as a lingua franca: interpretations and attitudes. *World Englishes*, v. 28, n. 2, p. 200-207, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227663650_English_as_a_Lingua_Franca_interpretations_and_attitudes. Acesso em: 9 ago. 2024.
- JORDÃO, C. M.; MARTINEZ, J. Z.; MONTE MOR, W. M. (Org.). *Letramentos em Prática na Formação Inicial de Professores de Inglês*. Campinas: Pontes, 2018.
- KACHRU, B. *Standards, Codification, and Sociolinguistics realism: the English language in the outer circle*. Cambridge: CUP/British Council, 1985.

<https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/index>
 Macapá, v. 14, n. 3, 2º sem., 2024.

- KRESS, G. R. *Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication*. London: Routledge, 2010.
- LOSURDO, D. *Colonialismo e luta anticolonial: Desafios da revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- LUKE, A. *Critical Literacy, Schooling, and Social Justice: The Selected Works of Allan Luke*. London: Routledge, 2018.
- MATTOS BRAHIM, A. C. M.; HIBARINO, D. A. (Org.). *Entre línguas: Letramentos em prática*. Campinas: Pontes, 2020.
- MCKAY, S. L. *Teaching English as an International Language: An Introduction to the Role of English as an International Language and Its Implications for Language Teaching*. London: Oxford University Press, 2002.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, R. F.; ARAUJO, V. de A. (Org.). *Formação de professores de línguas: ampliando perspectivas*. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2011.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T.; DUBOC, A. P. M. De-universalizing the decolonial: between parentheses and falling skies. *Gragoatá*, n. 26, p. 876-911, 2021.
- MIER, B.; HUNT, D. (Ed.). *Year of Lead: Washington, Wall Street, & the New Imperialism in Brazil*. Milton Keynes: Lightning Sources, 2019.
- MIGNOLO, W. D. *Histórias locais - Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke University Press, 2018.
- MOITA LOPES, L. P. da. *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Books, 2006.
- MONTE MÓR, W. Learning by design: reconstructing knowledge processes in teaching and learning practices. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). *A pedagogy of multiliteracies: learning by design.*, London: Palgrave Macmillan, 2015, p.186-208.
- PENNYCOOK, A. The Myth of English as an International Language. *Disinventing and Reconstituting Languages*, p. 90-115, 2006. Multilingual Matters. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.21832/9781853599255-006/html?lang=en>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. *International Sociology*, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580900015002005>. Acesso em: 9 ago. 2024.

<https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/index>
Macapá, v. 14, n. 3, 2º sem., 2024.

- ROCHA, J. C. DE C. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- SOUSA SANTOS, B. de. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*. São Paulo: Autêntica, 2019.
- SOUZA, J. *A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SOUZA, J. *A Guerra Contra o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
- SOUZA, J. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo: Leya, 2016.
- SOUZA, J. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- TAKAKI, N. H.; MONTE MÓR, W. (Org.). *Construções de Sentido e Letramento Digital Crítico na Área de Línguas/Linguagens*. Campinas: Pontes, 2017.
- TERRA, M. R. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 29, n. 1, p. 29-58, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/QJrmPyMcJLqb5mVM6Hn5H5z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2024.